



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Simulado Final

Prefeitura de

Rio Branco

Simulado

Simulado Prefeitura de Rio Branco - Auditor

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Prefeitura de Rio Branco (Auditor);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Prefeitura-de-Rio-Branco-01-07>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Luiz Felipe***TEXTO I - QUESTÃO FUNDIÁRIA É VITAL PARA A AMAZÔNIA**

O aumento dos índices de desmatamento é a principal causa da maior emissão de gases do efeito estufa pelo Brasil – e a razão central, portanto, para que o País esteja se afastando cada vez mais das metas de redução das emissões.

Quando se fala em desmatamento no Brasil, a Amazônia é protagonista. Em 2019, a área desmatada na Amazônia Legal ultrapassou a marca de 10 mil km² pela primeira vez desde 2008, chegando a 10.129 km². No ano passado, o índice voltou a subir: 11.088 km². Segundo o projeto PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento já consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal até 2020, o que equivale a 16% da área original.

Uma das consequências diretas do desmatamento na Amazônia é que a participação do setor Mudança de Uso da Terra e Florestas (no qual se enquadram os desmatamentos) no total de emissões do País subiu de 39,7% para 44,5% entre 2018 e 2019, de acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Um dos nós que precisam ser desatados para a sobrevivência da Amazônia é equacionar a situação fundiária caótica da região, observa Beto Veríssimo, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora os dados de desmatamento da região por meio de um sistema via satélite.

“A regularização fundiária é um grande problema, mas ao mesmo tempo pode ser a solução”, considera Beto. O primeiro passo, diz ele, é entender que há “diferentes Amazonas” no que diz respeito ao histórico de ocupação da região. “Há a Amazônia ocupada há mais tempo, desde a década de 1970, por famílias incentivadas naquela época pelo Governo. O caminho nesses casos é ajudar a legitimar essa presença, já que a titulação é um passo importante para o aprimoramento da agricultura, pois ajuda a obter empréstimos e a fazer investimentos.”

Há também a parte que o pesquisador chama de “Amazônia sob pressão”, de ocupação mais recente –

no máximo 15 anos –, composta por uma faixa que inclui municípios como Altamira e São Félix do Xingu, ambos no Pará – não por acaso, líderes do ranking de maiores emissores de gases do efeito estufa, recém-divulgado pelo Observatório do Clima. “Nesse caso, a regularização fundiária beneficiaria grileiros e invasores”, compara.

Há iniciativas tramitando no Congresso Nacional para conceder anistias e transferir marcos temporais relacionados à ocupação ilegal da Amazônia, algo que o Brasil tem feito sistematicamente para “contemporizar” ações predatórias, observa o cofundador do Imazon. “Temos que acabar com essa tradição. Ou criamos um ordenamento territorial sério na Amazônia ou ela vai desaparecer.”

Os estudiosos da região dizem que, em paralelo às ações de controle de danos, é fundamental investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios. Culturas permanentes, como cacau, banana e açaí, têm grande potencial econômico e permitem a restauração ambiental. Juntas, a renda obtida por essas três culturas no ano passado chegou a R\$ 5,6 bilhões.

“Há uma série de boas iniciativas na Amazônia que estão dependendo apenas de apoio para ganhar escala”, diz o advogado Sérgio Leitão, fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas. Esse apoio precisaria incluir, claro, a participação efetiva do Governo Federal, não apenas para aprimorar a infraestrutura da região – onde o acesso à internet ainda é um grande problema, por exemplo –, mas para conceder incentivos efetivos.

ESTADÃO

01. Em relação às informações apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo especialista, o controle de danos através da regularização fundiária é a única solução para o desmatamento.
- b) O texto afirma que só em 2020 o desmatamento consumiu 813.047 km² da Amazônia Legal.
- c) De acordo com estudiosos, o desenvolvimento de atividades econômicas pode beneficiar a Amazônia.
- d) O autor do texto afirma que a exploração desenfreada teve seu início na década de 1970 com o início da ocupação territorial.
- e) Estudos apontam que a regularização fundiária apenas legitimaria a atividade criminosa.

02. Considerando as palavras do texto, é correto afirmar que exemplificam, respectivamente, uma oxítona e uma paroxítona acentuadas graficamente os vocábulos

- a) "Índices" e "país"
- b) "Até" e "Amazônia"
- c) "Há" e "fundiária"
- d) "Consequências" e "sério"
- e) "Líderes" e "municípios"

03. Uma das regras para o uso CORRETO da vírgula diz que:

- a) antes da conjunção e, a vírgula é sempre proibida.
- b) esse sinal é facultativo para indicar elipse.
- c) é obrigatório o uso da vírgula em orações adverbiais deslocadas.
- d) é facultativo o emprego da vírgula para isolar aposto
- e) é obrigatório o uso da vírgula entre verbo e seu complemento.

04. No 8º parágrafo, a oração "investir no desenvolvimento econômico e atração de negócios" tem a função de:

- a) complemento nominal
- b) sujeito
- c) adjunto adverbial
- d) objeto direto
- e) objeto indireto

05. O sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) Parece que as principais economias do mundo são favoráveis a questão da sustentabilidade.
- b) A pandemia mostrou que as lideranças mundiais estão obrigadas a trabalhar em conjunto
- c) O auxílio financeiro governamental deve ser direcionado a quem mais foi atingido pela crise da Covid.
- d) O problema da mudança climática é anterior a debates sobre crise econômica.
- e) Por razões geoclimáticas, o Brasil é um dos países habilitados a investir em geração de energia limpa.

06. A frase em que o pronome oblíquo átono está empregado corretamente, segundo as regras da colocação pronominal, é:

- a) Ela não repassou-nos o recado ao receber o telefonema.
- b) Me agradou a forma como fui recebido.
- c) Seria-lhe propício entregar seu cargo.
- d) Deixando-me preocupado, saiu sem se despedir.
- e) Aquilo que move-nos deve ser prioridade.

07. É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o vocábulo que em:

- a) O apoio que todos precisavam viria de um grupo improvável.
- b) A reunião que os candidatos compareceram foi longa.
- c) O documentário político que assisti ganhou o Oscar.
- d) O projeto que colaboramos teve grande aceitação popular.
- e) As metas que o gerente apresentou não foram fáceis de serem alcançadas.

08. A concordância está correta na alternativa:

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

09. Está empregado no pretérito mais-que-perfeito o verbo:

- a) Até os resultados, o engenheiro **terá assinado** o contrato.
- b) No ano passado, era o engenheiro quem **assinava** os contratos.
- c) O engenheiro **assinaria** o contrato no mês passado.
- d) O engenheiro **tinha assinado** o contrato.
- e) Se o engenheiro **assinasse** o contrato, todos ganhariam.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

- a) paralisação - exceção - obsessão
- b) ancioso - estresse - perturbar
- c) atualização - vexame - enchente
- d) seção - opinião - entertido
- e) obscessão - enxame - estresse

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Uma montadora de automóveis demitiu 10% dos seus trabalhadores. No semestre seguinte, contratou 10 pessoas. Após outros seis meses, novamente foram feitas demissões, no total de 10% do quadro de trabalhadores corrente. Ao final desse processo que durou 12 meses, a montadora ficou com 84% do total inicial de trabalhadores. O número final de trabalhadores dessa montadora, após as demissões e contratações, é de:

- a) 84
- b) 168
- c) 252
- d) 336
- e) 420

12. Em um churrasco com 170 pessoas, 122 pessoas bebem refrigerante e 81 pessoas bebem cerveja. Sabendo que todas as pessoas do churrasco bebem alguma dessas duas bebidas, o total de pessoas que bebem ambas as bebidas é:

- a) 30.
- b) 33.
- c) 35.
- d) 38.
- e) 40.

13. A negação da proposição “Se eu presto atenção, eu aprendo” pode ser escrita como:

- a) “Se eu não presto atenção, eu não aprendo”.
- b) “Se eu não aprendo, eu não presto atenção”.
- c) “Aprendo e não presto atenção”.
- d) “Presto atenção e não aprendo”.
- e) “Se eu aprendo, eu não presto atenção”.

14. Considere as afirmações:

- I. Se Eduardo é encanador, então Fernando é flautista.
 - II. Carlos é corredor ou Diego é diretor.
 - III. Arnaldo é assaltante ou Bruno é baterista.
 - IV. Se Diego é diretor então Arnaldo é assaltante.
- Sabe-se que as afirmações II e III são verdadeiras e que as demais são afirmações falsas.

A partir dessas afirmações é correto concluir que

- a) Arnaldo é assaltante e Diego é diretor.
- b) Carlos é corredor ou Arnaldo é assaltante.
- c) Bruno é baterista e Eduardo não é encanador.
- d) Eduardo é encanador e Carlos é corredor.
- e) Bruno é baterista ou Fernando é flautista.

15. Com os números 2, 3, 5, 7 e 8, são formados números com 4 dígitos distintos. Ao escolher aleatoriamente um dos números formados, a probabilidade de ele ser par é:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 50%
- e) 60%

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

16. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

- a) Windows Defender
- b) Limpeza de Disco.
- c) Assistente de Foco.
- d) Cortana
- e) Video

17. No Word, para alinharmos um texto ou parte do texto à direita, devemos usar que tecla de atalho

- a) CTRL + G.
- b) Ctrl + E.
- c) CTRL + J
- d) ALT + D
- e) CRL + D.

18. Consiste em um fragmento de código que apresenta capacidade de mutação e multiplicação e pode causar diversos danos em arquivos em geral.

- a) virus
- b) spyware
- c) BOT
- d) Trojan.
- e) Worm

19. Programas que auxiliam a comunicação e interação do Sistema Operacional com os equipamentos em geral são os:

- a) aplicativos.
- b) utilitários..
- c) acessórios.
- d) drivers.
- e) drives.

20. O protocolo responsável por realizar a troca de arquivos entre computadores é o:

- a) SMTP.
- b) POP
- c) HTTP
- d) IRC.
- e) FTP

AUDITORIA INTERNA E CONTROLE INTERNO

Guilherme Santanna

21. Segundo as definições propostas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo *Institute of Internal Auditors*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A natureza e o escopo de um trabalho de avaliação são determinados pela organização, para posterior execução do auditor interno.
- b) Os serviços de avaliação envolvem a avaliação objetiva das evidências pelo auditor interno, a fim de fornecer opiniões ou conclusões a respeito de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outros temas.
- c) Geralmente, duas partes participam dos serviços de avaliação: o auditor interno e o cliente do trabalho de auditoria.
- d) Geralmente, os serviços de consultoria envolvem três partes: o responsável pelo processo; o auditor interno; e o usuário.
- e) Os serviços de Consultoria são atividades de assessoria ao cliente ou serviços relacionados, cuja natureza e escopo são acordados com o cliente e destinam-se a agregar valor e melhorar os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle da organização, assumindo o auditor interno a responsabilidade de gestão.

22. Conforme as definições propostas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo Institute of Internal Auditors, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O estatuto de Auditoria Interna é um documento formal, que define o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de Auditoria Interna.
- b) A natureza dos serviços de avaliação prestados à organização deve ser definida no estatuto de Auditoria Interna, mas não há esse dever para os serviços de consultoria.
- c) Não é necessário que o chefe executivo de auditoria discuta a Missão da Auditoria Interna e os elementos mandatórios do IPPF com a alta administração e com o conselho, pois basta seguir o constante no estatuto.
- d) A atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores internos devem ser subjetivos ao executar seus trabalhos.
- e) Uma vez elaborado, o estatuto de auditoria passará por uma revisão final e, após publicado, não precisará ser revisado periodicamente.

23. A independência organizacional é alcançada de forma eficaz quando o chefe executivo de auditoria reporta funcionalmente ao conselho. São exemplos de reporte funcional, quando o conselho tiver autonomia para, EXCETO:

- a) Aprovar o estatuto de Auditoria Interna.
- b) Aprovar o plano de auditoria baseado em riscos.
- c) Aprovar as decisões referentes à nomeação e demissão do chefe executivo de auditoria.
- d) Fazer os devidos questionamentos à gestão e ao chefe executivo de auditoria, para determinar se há limitações inapropriadas de escopo ou de recursos.
- e) Receber remunerações do chefe executivo de auditoria pelo desempenho de suas atividades de Auditoria Interna.

24. Analise os itens a seguir:

- I. A objetividade é uma atitude mental imparcial que permite que os auditores internos executem os trabalhos de auditoria de forma que confiem no resultado de seu trabalho e que não haja qualquer prejuízo à qualidade.
- II. O chefe executivo de auditoria deve reportar a um nível dentro da organização que permita à atividade de Auditoria Interna cumprir com suas responsabilidades. O chefe executivo de auditoria deve confirmar junto ao conselho, pelo menos anualmente, a independência organizacional da atividade de Auditoria Interna.
- III. A independência é a liberdade de condições que ameacem a habilidade da atividade de Auditoria Interna de cumprir com as responsabilidades de Auditoria Interna de maneira imparcial.

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) Somente I

25. Analise as alternativas a seguir e marque a opção CORRETA:

- a) Os auditores internos não devem avaliar operações específicas pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente.
- b) A objetividade não estaria prejudicada se um auditor interno prestar serviços de avaliação de uma atividade pela qual tenha sido responsável durante o ano anterior.
- c) A atividade de Auditoria Interna não pode prestar serviços de avaliação onde anteriormente tenha executado serviços de consultoria, sob qualquer hipótese.
- d) Os auditores internos não podem prestar serviços de consultoria em relação a operações pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente.
- e) O chefe executivo de auditoria deve recusar o trabalho de consultoria, ou obter assessoria e assistência competentes, caso os auditores internos não possuam o conhecimento, as habilidades ou outras competências necessárias à realização de todo ou de parte do trabalho de auditoria.

26. Sobre os aspectos do gerenciamento da Atividade de Auditoria Interna, podemos afirmar que a atividade de Auditoria Interna será gerenciada de forma eficaz quando, EXCETO:

- a) cumprir com o propósito e a responsabilidade incluídos no estatuto de Auditoria Interna.
- b) estiver em conformidade com as Normas.
- c) o chefe executivo aplicar uma avaliação de desempenho constante dos auditores internos da organização.
- d) seus membros, individualmente, demonstrarem conformidade com o Código de Ética e com as Normas.
- e) considerar tendências e questões emergentes que poderiam impactar a organização.

27. São necessários critérios adequados para avaliar a governança, o gerenciamento de riscos e os controles, conforme as Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna. Nesse contexto, podem ser considerados como tipos de critérios:

- a) de observância, de monitoramento e de avaliação.
- b) Internos, Externos e Principais práticas de mercado.
- c) Internos, Externos e Comparação do comportamento observado com os padrões.
- d) governo, gerencial e monitoramento.
- e) Internos, Externos e Misto.

28. Conforme as definições propostas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo Institute of Internal Auditors, a informação que

- I. seja factual e convincente;
- II. seja confiável e que propicie a melhor evidência alcançável;
- III. dá suporte às conclusões e às recomendações; e
- IV. auxilia a entidade a atingir suas metas.

Representa, respectivamente, a informação:

- a) relevante, adequada, suficiente e útil.
- b) útil, adequada, relevante e suficiente.
- c) suficiente, relevante, adequada e útil.
- d) adequada, útil, relevante e suficiente.
- e) suficiente, adequada, relevante e útil.

29. Na estrutura integrada de controles internos proposta pelo COSO II um componente trata da a cultura de uma organização, a influência sobre a consciência de risco de seu pessoal, sendo a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, possibilitando disciplina e a estrutura. Esse componente é denominado:

- a) fixação de objetivos.
- b) identificação de eventos.
- c) atividades de controle.
- d) ambiente interno.
- e) avaliação de risco.

30. Com base na Estrutura Conceitual da Análise de Risco (COSO), é correto afirmar que:

- a) o processo corporativo de gestão de riscos previsto no COSO-ERM, além de ser aplicável na realização normal das atividades - operacionais, administrativas e de suporte - deveria ser aplicado também nas atividades de planejamento voltadas à definição da estratégia da organização.
- b) o gerenciamento de riscos corporativo é um processo periódico e que flui através da organização.
- c) o gerenciamento de riscos corporativos é formulado para identificar eventos já ocorridos e mensurar o seu impacto sobre a organização.
- d) a atribuição de alçadas e definição de responsabilidades nas organizações faz parte das atividades de controle, o qual corresponde a um dos oito componentes do gerenciamento de riscos corporativos.
- e) um risco com reduzida probabilidade de ocorrência e alto potencial de impacto, geralmente, não requer maiores considerações da administração.

31. Segundo a estrutura do COSO ICIF/2013, o controle interno é dirigido para atingir os objetivos nas seguintes categorias:

- a) operacional, divulgação, conformidade e estratégico
- b) estratégico, tático e operacional
- c) normativo, condizente e relativo
- d) operacional, divulgação e conformidade
- e) a priori e a posteriori

32. Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual, são elementos do trabalho de asseguuração, EXCETO:

- a) Relação de três partes
- b) Objeto apropriado
- c) Achados aplicáveis
- d) Evidências apropriadas e suficientes
- e) Relatório de asseguuração

33. Nos termos da NBC TA Estrutura Conceitual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A estrutura conceitual é uma norma, e por isso estabelece requisitos para realização de auditorias ou outros trabalhos de asseguarção.
- b) São 3 os elementos de um trabalho de asseguarção: objeto, critérios e relatório de asseguarção.
- c) Trabalho de asseguarção é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.
- d) No trabalho de asseguarção limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
- e) No trabalho de asseguarção razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguarção limitada.

34. A atividade de auditoria interna deve avaliar e contribuir para a melhoria dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada e baseada em riscos.

Nesse contexto, pode-se dizer que a avaliação pelo auditor interno do alinhamento dos objetivos de uma organização à sua missão se insere no âmbito:

- a) de governança
- b) de gerenciamentos de riscos
- c) dos controles
- d) organizacional
- e) dos planos de trabalho

35. Acerca da comunicação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna, analise as afirmativas a seguir:

- I. Comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos que as fundamentam.
- II. Comunicações construtivas são justas, imparciais e livres de preconceitos e são o resultado de uma avaliação justa e equilibrada de todos os fatos e circunstâncias relevantes.
- III. Comunicações completas não omitem o que é essencial ao público-alvo e incluem todas as informações e observações significantes e relevantes que apoiam as recomendações e conclusões.

Estão corretos:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) Somente I.
- e) I, II e III.

AUDITORIA INTERNA E CONTROLE INTERNO*Tonyvan Carvalho*

36. O ceticismo profissional exige estar alerta a uma série de elementos que podem afetar o trabalho de auditoria e a opinião emitida pelo auditor. A NBC TA, que dispõe sobre a estrutura conceitual para trabalhos de asseguração, orienta que a manutenção do ceticismo

- a) é justificável apenas em trabalhos de auditoria não recorrentes.
- b) é necessária para reduzir o risco de negligenciar circunstâncias incomuns.
- c) está fora do escopo da avaliação crítica das evidências.
- d) pode receber atenção secundária ao lidar com evidências consideradas íntegras.
- e) tem maior relevância em contextos de asseguração limitada.

37. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

- a) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas.
- b) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- c) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel.
- d) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente.
- e) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo.

38. O relatório é o documento pelo qual a auditoria interna apresenta o resultado de seus trabalhos. Esse relatório deve

- a) ser objetivo e sucinto, apresentando basicamente três parágrafos contendo: a identificação dos procedimentos da entidade, a descrição da extensão dos trabalhos e a opinião expressa sobre as demonstrações contábeis.
- b) ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade, devendo ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar.
- c) apresentar a definição das responsabilidades da administração da entidade e dos auditores.
- d) expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos relevantes, na opinião do auditor, estão adequadamente representadas ou não, conforme as normas do Conselho Federal de Contabilidade.
- e) expressar a opinião do auditor interno em conformidade com a do auditor independente.

39. O planejamento do trabalho da auditoria interna compreende exames preliminares de áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Considerando esse contexto, quando a entidade utiliza processamento eletrônico de dados, no planejamento da auditoria interna deve constar

- a) a indicação dos riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações.
- b) o uso de trabalho de um especialista, profissional com conhecimento suficiente sobre a tecnologia da informação e os sistemas de informação utilizados, que integre a equipe da auditoria interna.
- c) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da auditoria interna.
- d) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- e) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

40. Recompensas e sanções da avaliação de desempenho dentro de uma organização é uma variável inserida no componente da estrutura de controle interno do COSO (committee of stonforing organization of the treadway commission) denominado de

- a) monitoramento.
- b) atividades de controle.
- c) ambiente de controle.
- d) avaliação e gerenciamento de riscos.
- e) informação e comunicação

41. Assinale a opção que apresenta um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança razoável da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

- a) descumprimento de requisitos legais e regulamentares
- b) julgamento falho ou tendencioso no processo de tomada de decisão
- c) ocorrência de eventos externos à organização
- d) conluio dos empregados
- e) capacidade da administração de superar o controle interno

42. Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável. O auditor deve ter em mente que:

- a) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- b) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- c) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- d) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- e) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

43. O risco de auditoria caracterizado pela possibilidade de o erro acontecer em face da não existência de controle é denominado

- a) inerente.
- b) de controle.
- c) de detecção.
- d) organizacional.
- e) de planejamento.

44. De acordo com a NBC TA 315 (R1), o ambiente de controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas. O ambiente de controle abrange elementos que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento. Sendo assim, NÃO é um elemento do ambiente de controle relacionado na referida norma:

- a) Comunicação, integridade e valores éticos.
- b) Compromisso com a competência.
- c) Filosofia e estilo operacional da administração.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas públicas.

45. Uma estratégia interessante para a avaliação dos controles internos em uma organização é considerar como os seus princípios básicos estão estruturados. Um dos princípios básicos considerados na avaliação de controles internos é o da oposição de interesse, segundo o qual:

- a) a entidade deve promover periodicamente o rodízio de pessoal;
- b) a entidade deve, sempre que possível, adotar processo eletrônico para registrar as operações;
- c) a pessoa que realiza uma operação não pode ser a mesma envolvida na função de registro;
- d) as instruções inerentes ao desempenho funcional devem constar em um manual de procedimentos padrão;
- e) as responsabilidades devem ser claramente delimitadas.

46. Em um trabalho de auditoria, quando um auditor interno precisa obter razoável segurança do efetivo cumprimento dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento;
- b) correlação das informações;
- c) procedimentos de revisão analítica;
- d) testes de observância;
- e) testes substantivos.

47. A Secretaria de Fazenda de um Estado da Federação mantém um volume significativo de informações sensíveis armazenado em seus sistemas informatizados. Porém, há indícios de que os controles de tecnologia da informação (TI) têm sido negligenciados, resultando em diversas deficiências no controle de TI.

Tendo em vista a salvaguarda dos ativos do ente, procedimentos de revisão periódica dos registros de tentativas de acessos e comandos (não autorizados), com comunicação dos resultados ao gestor competente, podem ser associados ao seguinte componente do controle interno:

- a) ambiente de controle;
- b) avaliação de risco;
- c) atividades de controle;
- d) atividades de monitoramento;
- e) informação e comunicação.

48. De acordo com as Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, emitidas pelo Institute of Internal Auditors, a avaliação do ambiente de controle é componente essencial para se atingir os principais objetivos do sistema de controle interno. São elementos constituintes do ambiente de controle, EXCETO:

- a) atividades de controle sobre a tecnologia;
- b) atribuição de autoridade e responsabilidade;
- c) estilo operacional da administração;
- d) integridade e valores éticos;
- e) políticas e práticas de recursos humanos.

49. Assinale a opção que indica o componente de controle interno que serve de fundamento para os demais componentes e que se refere diretamente aos valores éticos e à criação de uma cultura de honestidade dentro de uma entidade.

- a) ambiente de controle
- b) processo de avaliação de risco
- c) sistema de informação
- d) atividades de controle
- e) monitoramento dos controles

50. Os serviços de avaliação, também denominados assurance, consistem em exames objetivos da evidência com o propósito de fornecer para a organização uma avaliação independente sobre os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles. Entre os trabalhos a seguir, o único que NÃO se considera um trabalho de assurance é:

- a) auditoria financeira;
- b) auditoria de conformidade;
- c) auditoria de sistemas;
- d) consultoria;
- e) due diligence.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

51. Em relação às sociedades de economia mista e empresas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público, dispõe de capital misto e somente pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima (S.A.), seja federal, estadual, municipal ou distrital;
- b) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, formada exclusivamente por capital público, e pode ser constituída em qualquer forma empresarial disponível;
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais em que o Estado possui a maioria das ações, integrando a Administração Direta;
- d) Apenas por meio de uma lei específica é criada empresa pública e a autorizada a instituição de uma sociedade de economia mista;
- e) A atividade econômica direta do Estado por meio de uma empresa pública só será autorizada se não houver nenhuma empresa privada operando na mesma área.

52. Com o objetivo de alcançar os propósitos estabelecidos na Constituição, sem a necessidade de criar uma nova entidade jurídica, o Poder Público tem a capacidade de dividir responsabilidades com base na matéria, na hierarquia ou em outros critérios razoáveis, por meio do que é conhecido como

- a) Transição;
- b) Outorga;
- c) Delegação;
- d) Descentralização;
- e) Desconcentração.

53. Relacione a coluna 1 de acordo com os conceitos dos poderes da Administração Pública listados na coluna 2:

Coluna 1

- I. Poder Disciplinar;
- II. Poder de Polícia;
- III. Poder Hierárquico;
- IV. Poder Regulamentar;
- V. Poder Discricionário.

Coluna 2

- () Insere-se como uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução;
- () Distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordena e revê a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal;
- () Lei reserva ao agente público certa margem de liberdade ou escolha dentre várias soluções possíveis, visando à satisfação do interesse público;
- () A atividade da Administração Pública de condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção, objetivando interesses sociais consagrados no sistema normativo;
- () Refere-se ao direito garantido à Administração Pública de investigar transgressões no desempenho das funções por parte de servidores públicos e outras pessoas sujeitas à disciplina administrativa, bem como de impor sanções após o devido processo administrativo.

Assinale a sequência correta:

- a) IV – III – V – II – I
- b) II – I – V – IV – III
- c) IV – III – I – II – V
- d) III – II – IV – I – V
- e) II – IV – III – I – II

54. Indique a alternativa correta referente ao uso e ao abuso de poder.

- a) Será considerado excesso de poder quando um administrador público decretar a desapropriação de um imóvel rural com a justificativa de interesse social para beneficiar interesses particulares;
- b) A convalidação pode sempre ocorrer na prática de um ato administrativo com abuso de poder;
- c) A ausência de motivo em um ato administrativo demonstra indícios de desvio de poder;
- d) A anulação de uma conduta abusiva deve ser feita através de um processo judicial, não sendo permitida a autotutela pela administração pública;
- e) O abuso de poder apenas pode se revestir de maneira comissiva.

55. Em relação às espécies de atos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os atos administrativos negociais são aqueles nos quais a Administração faculta aos indivíduos a realização de uma atividade específica, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas pelo próprio Poder Público, como é o caso das licenças;
- b) Os atos ordinatórios resultam do poder de hierarquia e visam regular o funcionamento da Administração, oferecendo diretrizes aos funcionários públicos subordinados no desempenho de suas atribuições;
- c) Os atos administrativos enunciativos são aqueles em que a Administração se limita a certificar ou atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem se vincular ao seu enunciado;
- d) Os atos normativos são aqueles editados com o objetivo de facilitar a fiel execução das leis, possuindo comandos gerais e abstratos, tais como as ordens de serviço e as circulares;
- e) Os atos punitivos são consequência do exercício do poder disciplinar ou do poder de polícia, a exemplo das multas, interdição de estabelecimentos violadores das normas administrativas, destruição de produtos apreendidos, etc.

56. João, diretor de marketing da empresa *Dinamize*, estava atrasado para uma importante reunião de trabalho. Dessa forma, com muita pressa e sem prestar atenção, ultrapassou o sinal vermelho numa avenida onde havia um agente de trânsito medindo a velocidade dos veículos. Trinta dias depois, João recebeu em sua caixa de correio duas multas: uma por excesso de velocidade e outra por avançar no farol vermelho. Em relação ao caso em tela, qual o nome do atributo do ato administrativo que permitiu ao agente de trânsito a aplicação das multas?

- a) Autoexecutoriedade;
- b) Imperatividade;
- c) Tipicidade;
- d) Presunção de legitimidade e veracidade;
- e) Competência.

57. Com base na Responsabilidade Civil do Estado, estabelecida no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988, indique a assertiva correta.

- a) É válido para situações em que ocorrem prejuízos resultantes da ação ou inação do Estado, em responsabilidade civil extracontratual subjetiva.
- b) Abrange todas as condutas praticadas pelo servidor público, tanto durante como fora do exercício de suas atribuições.
- c) É mitigada quando ocorre caso fortuito, força maior ou se constata a exclusiva culpa da vítima.
- d) As entidades de direito público serão responsáveis pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- e) Não é válida para entidades de direito privado que prestam serviços públicos, como organizações governamentais de direito privado.

58. No que diz respeito à utilização dos bens públicos por particulares, é válido afirmar que:

- a) Devido à sua natureza contratual, as concessões de uso não permitem a forma de gratuidade;
- b) O concessionário do uso de um bem público possui posse "ad interdicta", porém não possui posse "ad usucapionem";
- c) A autorização de uso não permite a estipulação de um período de utilização do bem público, devido à sua natureza temporária;
- d) A Medida Provisória n.º 2.220/2001 assegura ao indivíduo que deteve como próprio, por um período contínuo e ininterrupto de cinco anos, até duzentos e cinquenta metros quadrados de um terreno público localizado em zona urbana, utilizando-o para atividades comerciais e respeitando o prazo estipulado, o direito à obtenção de uma concessão de uso especial;
- e) Devido à sua natureza baseada em critérios de escolha, a permissão de uso não requer a realização de uma licitação prévia.

59. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de dispensa de licitação, dentre as listadas no artigo 75 da lei n.º 14.133/2021:

- a) contratação que tenha por objeto bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;
- b) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;
- c) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- d) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- e) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

60. Em relação à modalidade pregão na lei n.º 14.133/21, indique a assertiva **incorreta**.

- a) Adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- b) É a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior retorno econômico;
- c) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto serviços comuns de engenharia;
- d) A modalidade pregão poderá ser utilizada caso a Administração Pública deseje contratar leiloeiro oficial, adotando o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas;
- e) A modalidade pregão utiliza o sistema de registro de preços, que é um conjunto de procedimentos para a realização de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

61. No que diz respeito à concessão de serviço público, é correto afirmar sobre a subconcessão:

- a) é aceita exclusivamente nas concessões patrocinadas;
- b) não requer autorização do poder concedente;
- c) sempre será antecedida de concorrência;
- d) não é permitida;
- e) é autorizada, porém o subconcessionário não assume os direitos do subconcedente.

62. Conforme disposto explicitamente na Lei n.º 8.666/93, marque a opção correta:

- a) De acordo com o estipulado na lei da entidade governamental licitante, os editais de licitação podem exigir que o contratado promova, em benefício da Administração Pública, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições favoráveis de financiamento, cumulativamente ou não;
- b) Não podem ser vendidos pelo poder público os imóveis da Administração Pública, cuja aquisição resulte de processos judiciais ou dação em pagamento;
- c) Não poderá ser estabelecida vantagem para produtos manufaturados e serviços nacionais em processos de licitação, independentemente da modalidade ou dos produtos e serviços a serem contratados;
- d) Salvo em casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos especializados devem, preferencialmente, ser celebrados por meio de concorrência, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração;
- e) A atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, não será considerada como parte do valor da obra ou serviço para efeitos de julgamento das propostas de preços. Essa atualização será calculada de acordo com os critérios estabelecidos obrigatoriamente no documento de convocação.

63. O conjunto de regras legais que regem os contratos administrativos, estabelecido pela Lei de Licitações e Contratos, concede à Administração, no que se refere a esses contratos, o poder de tomar certas medidas unilateralmente, mesmo sem o consentimento do contratado, com exceção de:

- a) Rescindir os contratos caso ocorra a dissolução da sociedade contratada;
- b) Imposição de penalidades devido ao não cumprimento total ou parcial do acordo;
- c) Rescisão dos contratos caso haja atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- d) Modificar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias contidas no contrato;
- e) Realizar alterações nos contratos visando aprimorar sua conformidade com os objetivos de interesse público, desde que os direitos do contratado sejam respeitados.

64. Em relação à Lei Municipal n.º 1.794/2009, que institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, analise os itens a seguir:

- I. Nos casos de indenização à Fazenda Municipal, o servidor será obrigado a repor, de forma parcelada, com correção monetária e os encargos previstos a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimentos ou entradas nos prazos legais;
- II. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais;
- III. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias;
- IV. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e IV
- e) I, II, e III

65. No que diz respeito à classificação dos bens públicos e sua utilização, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Cemitérios públicos, aeroportos e mercados podem ser classificados como bens de domínio público de uso comum;
- b) A permissão de uso ocorrerá mediante contrato, sempre estando sujeita a uma licitação prévia;
- c) Tanto a concessão quanto a autorização de uso devem ser concedidas por um período específico, com o objetivo de evitar a geração de direito a compensação financeira;
- d) A autorização de uso, sem período fixo estabelecido, possui caráter precário, podendo ser revogada a qualquer momento, no entanto, resultando no direito a uma compensação financeira;
- e) A concessão de uso acarreta direitos para o beneficiário, incluindo a compensação por investimentos realizados e não amortizados.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Leandro Ravyelle

66. Orçamento Público é basicamente o instrumento por meio do qual o Governo extrai recursos da sociedade e os injeta em áreas selecionadas. Esse processo redistributivo não é neutro do ponto de vista da eficiência econômica e da trajetória de desenvolvimento de longo prazo. Tanto os incentivos microeconômicos e setoriais quanto as variáveis macroeconômicas relativas ao nível de inflação, endividamento e emprego na economia são diretamente afetados pela gestão orçamentária. Em relação à natureza do orçamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) a natureza política trata o Orçamento como resultado do processo de avaliação de demandas e de escolhas entre alternativas.
- b) a natureza econômica é elencada quando destacadas as questões fiscais – receitas, despesas, déficits e dívidas.
- c) a natureza jurídica elenca o Orçamento como lei que estima a receita e autoriza tetos de despesa.
- d) a concepção financeira trata o Orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar o seu importante papel como instrumento de gestão.
- e) a natureza contábil, quando, por meio das contas, antecipa o resultado patrimonial e global da gestão.

67. O orçamento público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do País, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. Acerca dos entendimentos recentes e jurisprudenciais em matéria orçamentária, assinale a alternativa correta.

- a) de acordo com o modelo de integração entre planejamento e orçamento, o orçamento anual constitui-se em instrumento, de médio prazo, que operacionaliza os programas setoriais e regionais de longo prazo.
- b) o orçamento constitui ser uma mera peça orçamentária e tornou-se um poderoso instrumento de intervenção na economia e na sociedade.
- c) sob o fundamento de que as leis orçamentárias se revelam como atos normativos de efeitos meramente concretos, sendo lei apenas em sentido formal, entende-se serem incabíveis as ações de controle concentrado que impugnavam este tipo de lei.
- d) defende-se amplamente a possibilidade de que leis orçamentárias sejam objeto da fiscalização abstrata de constitucionalidade, quando houver, em suas impugnações, questão constitucional suscitada em abstrato, independentemente de seu caráter geral e abstrato, ou específico e concreto.
- e) apesar dos avanços, STF admite o controle de constitucionalidade de lei, independentemente de ser apenas lei em sentido formal, mas somente em sede de controle difuso.

68. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Em relação ao atual entendimento acerca da impositividade do orçamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) a execução do orçamento subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;
- b) Não há muito sentido em se falar de orçamento impositivo sem mudar a responsabilidade pela programação. Um Congresso que não faz a programação não tende a ter muito interesse em obrigar que ela seja integralmente cumprida. Com efeito, adotar o orçamento impositivo implica, essencialmente, transferir a maior responsabilidade de programar o orçamento para o Congresso.
- c) No caso do Brasil, há uma corrente doutrinária que defende que já se adota o orçamento impositivo em virtude as alterações promovidas na CF/1988 em relação as emendas individuais e coletivas estaduais.
- d) O orçamento mandatário implica a mudança sobre quem decide a programação, passando o eixo de decisão para o Parlamento.
- e) o caráter híbrido de orçamento impositivo e autorizativo da LOA se explica, primeiramente, em razão da parcela cada vez menor de despesas obrigatórias contingenciáveis previstas na Constituição e nas leis.

69. Marque a opção correta com relação às disposições constitucionais acerca do orçamento público e suas funções econômicas.

- a) A função regulatória está ligada à alocação de recursos por parte do Governo, que oferece bens e serviços públicos puros.
- b) A função distributiva cria condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores, corrige imperfeições no sistema de mercado (como oligopólios) e corrige os efeitos negativos relacionados a externalidades..
- c) Os investimentos na infraestrutura econômica, tais como energia, transportes e comunicações, impulsionam o desenvolvimento regional e nacional, e os altos investimentos necessários, aliados ao longo período para obtenção de retorno do investimento, desestimulam a iniciativa do setor privado nesses setores. Já a demanda por bens públicos e bens meritórios possui características peculiares que tornam inviável seu fornecimento pelo sistema de mercado.
- d) Os bens meritórios são bens que, apesar de possuírem natureza de bem público, predomina a sua característica de possuírem utilidade social, justificando assim sua provisão (financiamento) pela iniciativa privada em caráter complementar.
- e) A função estabilizadora adquiriu especial importância como instrumento de combate à depressão dos anos 30 e a partir daí esteve sempre em cena contra pressões inflacionárias e contra o desemprego, fenômenos estes recorrentes nas economias capitalistas do pós-guerra.

70. Os sistemas de determinação de custos são considerados como um dos componentes básicos no novo orçamento de desempenho. Em relação ao novo orçamento desempenho, assinale a alternativa correta.

- a) com a adoção da classificação por elemento de gasto, é necessário conhecer os custos e associá-los aos produtos e aos benefícios.
- b) dentre as suas desvantagens, elenca-se segregação de todos os custos realmente necessários à consecução de determinados produtos.
- c) comparar metas programadas com a produção real de modo a avaliar a eficiência e efetividade é inviável nesse tipo de orçamento, em decorrência da inexistência de programas de trabalho efetivamente aplicáveis.
- d) O novo orçamento de desempenho é mais abrangente do que um simples aprimoramento do orçamento por programas.
- e) Embora use uma estrutura de programa para introduzir uma orientação no sentido do desempenho, sua eficácia fica comprometida, uma vez que quando há um formato de orçamento por programas, também deve ser integrado a um modelo mais amplo de gestão do orçamento.

71. A despesa pública corresponde a "despender recursos". É com a execução das despesas públicas que os programas e ações de Governo são realizados e as necessidades da população são atendidas. Segundo Paludo, em termos de importância e aspectos legais, a despesa pública demanda mais interesse que a receita pública. Acerca da despesa pública, assinale a alternativa incorreta

- a) em sentido estrito, é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (despesas orçamentárias e extraorçamentárias).
- b) o termo Dispêndio/Gasto/Despesa Pública compreende toda e qualquer despesa realizada: orçamentária, extraorçamentária ou intraorçamentária.
- c) em sentido amplo, receita pública é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. As despesas devem ser necessariamente autorizadas, enquanto, para as receitas, basta apenas a estimativa. As despesas não podem ultrapassar o valor autorizado, salvo mediante crédito adicional, mas as receitas podem.
- d) nenhum programa ou projeto pode ser iniciado se não estiver incluído na LOA e na LDO.
- e) nem toda despesa pública deve necessariamente constar no orçamento anual (ou em Créditos Adicionais) para receber a competente autorização legislativa que permita a sua execução.

72. Acerca das classificações orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- a) despesa não efetiva é aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.
- b) despesa efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade, sendo, assim, constitui fato contábil permutativo.
- c) Em geral, a despesa orçamentária efetiva é despesa de capital.
- d) pode haver despesa de capital não efetiva como, por exemplo, a despesa com a aquisição de materiais para estoque.
- e) há despesa de capital que é efetiva como, por exemplo, as transferências de capital, que causam variação patrimonial diminutiva e, por isso, classificam-se como despesa efetiva.

73. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) inseriu na contabilidade pública critérios contábeis aplicados no âmbito das empresas privadas. Ela divide o reconhecimento da despesa quanto ao enfoque patrimonial e quanto ao enfoque orçamentário. Quanto ao enfoque patrimonial, fundamenta-se nos princípios da oportunidade e da competência, e afirma que as despesas devem ser reconhecidas no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente de pagamento. Acerca dessa abordagem do gasto público, assinale a alternativa incorreta.

- a) nos casos em que estejam pendentes as fases de execução da despesa orçamentária, tendo ocorrido o fato gerador, não se deve proceder ao reconhecimento da despesa por competência.
- b) o reconhecimento da despesa orçamentária coincide com a apropriação da despesa pelo enfoque patrimonial, visto que ocorrerá uma redução na situação líquida patrimonial.
- c) existem situações em que o momento da liquidação da despesa orçamentária não coincide com o fato gerador.
- d) na maioria das vezes o momento do fato gerador coincide com a liquidação da despesa orçamentária, por exemplo, na entrega de bens de consumo imediato ou de serviços contratados, que constituem despesas efetivas.
- e) mesmo pendente de autorização legislativa, deve haver o reconhecimento de obrigação pelo enfoque patrimonial no momento do fato gerador, observando-se o regime de competência e da oportunidade, conforme estabelece a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

74. Em relação aos créditos orçamentários, assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se que o reforço de um crédito especial ou de um crédito extraordinário deve dar-se por um reforço, isto é, um crédito suplementar.
- b) Cada projeto de lei e a respectiva lei de créditos adicionais deverão restringir-se a uma única espécie de crédito.
- c) Os créditos extraordinários podem criar novas dotações (como os especiais), pois o que os define é a imprevisibilidade e a urgência, entretanto, não podem reforçar dotações orçamentárias (como os suplementares).
- d) Todas as espécies de créditos seguem o princípio da quantificação dos créditos orçamentários, o qual determina que todo crédito na LOA seja autorizado com uma respectiva dotação, à exceção dos extraordinários decorrentes de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.
- e) As alterações orçamentárias são estritamente qualitativas.

75. O conceito de Restos a Pagar encontra-se expresso no art. 36 da Lei Nº 4.320/1964 como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Em relação às situações previstas no ordenamento jurídico que embasam a possibilidade de inscrição em restos a pagar não processados, assinale o item que elenca uma situação que inviabiliza a autorização para a inscrição nessa hipótese.

- a) vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida
- b) esteja em curso a liquidação da despesa
- c) corresponder a compromissos assumidos com entidade da administração pública indireta
- d) seja de interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor
- e) se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas

76. Classificam-se como inversões financeiras, exceto:

- a) Auxílio Financeiro a Pesquisadores
- b) Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado
- c) Constituição ou Aumento de Capital de Empresas
- d) Concessão de Empréstimos e Financiamentos
- e) Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

77. Os termos “dotação” e “crédito” são utilizados para designar a despesa autorizada pela LOA ou pelos seus créditos adicionais. Essas duas palavras também podem ser vistas assim: “crédito orçamentário” define as despesas autorizadas pelo Legislativo, e “dotação” é o valor do crédito autorizado. Em relação às etapas da descentralização, assinale a alternativa incorreta.

- a) Na primeira etapa da descentralização, o documento que a SOF utiliza para descentralizar os créditos orçamentários chama-se ND – Nota de Dotação
- b) a descentralização de recursos financeiros pela STN é denominada Cota, e o documento utilizado é a NS – Nota de Sistema
- c) Num segundo momento, em nível de órgão setorial, é necessário perguntar se a descentralização será interna ou externa
- d) A ND corresponde à primeira etapa da descentralização orçamentária e a Cota corresponde à segunda etapa da descentralização financeira
- e) O destaque e a provisão (orçamentário), assim como o repasse e o sub-repasse (financeiro), correspondem à segunda etapa. Essa etapa se desenvolve entre os Órgãos Setoriais e suas Unidades Orçamentárias ou com outros órgãos diferentes.

78. Nos casos em que houver convênio entre entes públicos, pode ocorrer a descentralização financeira sem ocorrer a descentralização orçamentária. Em relação a esse caso particular, assinale a alternativa correta.

- a) A transferência de recursos, no caso, deve ser feita por convênio
- b) Nada impede que seja editada Portaria ou mesmo firmado um protocolo de ação (um convênio simplificado)
- c) o objetivo desse procedimento é o controle das informações gerenciais sobre o andamento do projeto/ação, que deve ser feita por parte do beneficiário
- d) A prestação de contas global anual do órgão recebedor do destaque compreenderá todos os gastos do mesmo, ressalvado os valores recebidos por meio de destaque, que devem ser controlados por meio do Termo de Execução Descentralizada - TED.
- e) dotação é a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros, caracterizada pela transferência de recursos do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema

79. Lei complementar deve dispor sobre, exceto.

- a) compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.
- b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
- c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
- d) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.
- e) disponibilidades de caixa da União

80. São vedações em matéria orçamentária, exceto

- a) consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada
- b) ao Banco Central do Brasil emitir títulos da dívida pública
- c) ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, exceto para refinanciamento da dívida pública consolidada
- d) aos entes da Federação realizar operação de crédito entre eles – ainda que por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, inclusive suas entidades da Administração indireta, e ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente
- e) Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto – exceto lucros e dividendos, na forma da legislação

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Gabriela Zavadinack

81. O Direito Financeiro consiste no ramo do Direito Público que estuda as finanças do Estado em sua estreita relação com a atividade financeira. Sobre a atividade financeira do Estado, a doutrina ensina que sua finalidade é

- a) estudar a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo.
- b) estudar a disciplina jurídica de uma das espécies da origem tributária: o imposto.
- c) obter recursos, realizar gastos e aumentar o próprio patrimônio, ou seja, a atividade financeira do Estado é fim em si mesma.
- d) arrecadar recursos de forma precípua, relegando a segundo plano a realização de despesas públicas.
- e) propiciar recursos para o financiamento da manutenção do Estado e da prestação de serviços públicos, sendo que tal atividade está estritamente ligada ao próprio fim do Estado, ou seja, o bem comum da sociedade.

82. Os princípios orçamentários são premissas a serem observadas na concepção de uma proposta de orçamento público. O princípio segundo o qual “A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras” é

- a) o princípio do orçamento bruto.
- b) o princípio da anualidade.
- c) o princípio da exclusividade.
- d) o princípio da especificação.
- e) o princípio da não afetação da receita de impostos.

83. O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Assinale a opção que traz um exemplo de receita extraorçamentária:

- a) contribuição de melhoria.
- b) caução.
- c) aluguel.
- d) imposto.
- e) taxa.

84. Com base na classificação da receita pública, conforme Lei nº 4.320/64, julgue os itens subsequentes:

- I. Receitas de alienação de bens e de amortização de empréstimos são classificadas nas receitas de capital.
 - II. A receita proveniente de taxas pelo exercício do Poder de Polícia é classificada na Receita Corrente, na origem Tributária.
 - III. O superávit do orçamento corrente é classificado como Receita Corrente, mas não constitui item da receita orçamentária.
- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - b) Apenas o item II está correto.
 - c) Os itens I, II e III estão corretos.
 - d) Apenas o item III está correto.
 - e) Apenas os itens I e II estão corretos.

85. De acordo com a Lei nº 4.320/64, é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta:

- a) fixação da dotação.
- b) empenho.
- c) lançamento.
- d) arrecadação.
- e) recolhimento.

86. A despesa pública consiste no conjunto de dispêndios realizados pelo Poder Público, a fim de satisfazer as necessidades públicas e de manter o patrimônio público em funcionamento. Sobre os estágios da despesa pública, afirma-se corretamente que

- a) O empenho da despesa configura a reserva do valor na dotação, o que implica uma garantia ao credor.
- b) A liquidação da despesa insere-se no processo de planejamento da despesa e é concluída com a autorização dada pelo poder legislativo por meio da lei orçamentária anual.
- c) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após o seu regular empenho.
- d) O empenho de uma despesa decorrente de contrato de aluguel será realizado por estimativa.
- e) Não se permite o empenho global de despesas.

87. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversos dispositivos relativos à dívida pública, tendo em vista a relação entre o endividamento e a saúde fiscal dos entes federativos. Conforme preceitos dessa lei, define-se a dívida pública consolidada ou fundada como

- a) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- b) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- c) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- d) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- e) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

88. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Sobre os instrumentos de transparência orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos

- a) a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) a lei orçamentária anual.
- c) o relatório resumido de execução orçamentária.
- d) o relatório de gestão fiscal.
- e) as prestações de contas e o parecer prévio.

89. Um ente federativo definiu o valor de R\$10.000.000,00 para a sua reserva de contingência, a qual foi calculada com base na receita corrente líquida. O ente utilizou as seguintes receitas para o cálculo do referido valor:

- a) Patrimoniais, Industriais, Serviços e Contribuições.
- b) Operações de Crédito, Alienação de Bens e Transferências de Capital.
- c) Patrimonial, Contribuições, Agropecuária e Alienação de bens.
- d) Tributárias, Serviços, Amortização de empréstimos e Transferências Correntes.
- e) Operações de Crédito, Serviços, Transferências Correntes e Agropecuária.

90. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ao disciplinar o art. 169 da CF/88, a LRF instituiu limites para a despesa com pessoal, dentre eles:

- a) 60% para os Municípios, sendo 54% para o Legislativo Municipal, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- b) 60% para a União, sendo 3% para o Judiciário Federal.
- c) 50% para a União, sendo 40,9% para o Executivo Federal.
- d) 60% para os Estados, sendo 2,5% para o Judiciário Estadual.
- e) 50% para os Estados e 6% para o Judiciário Estadual.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

91. Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei n. 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

Assinale a opção que indica corretamente qual o princípio orçamentário que se relaciona ao contexto acima disposto:

- a) Universalidade
- b) Exclusividade
- c) Legalidade
- d) Totalidade
- e) Anualidade

92. As receitas públicas, quanto à procedência, podem ser classificadas em Originárias e Derivadas. Acerca dessa classificação, assinale a opção correta:

- a) Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada.
- b) Apesar de estar normatizada, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.
- c) A receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal é classificada como originária.
- d) Rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado representam exemplos de receitas derivadas.
- e) As receitas originárias decorrem de imposição legal.

93. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em efetiva e não efetiva. Assinale a opção que indica um exemplo de despesa não efetiva:

- a) energia elétrica
- b) salários dos servidores
- c) juros da dívida pública
- d) transferências de capital
- e) aquisição de materiais para estoque

94. O estágio da receita que consiste em verificar a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve esse débito denomina-se:

- a) Previsão.
- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento
- e) Empenho.

95. Consiste no estágio de execução da despesa em que o direito do credor perante o Estado é averiguado por meio do exame de títulos e de documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esse estágio denomina-se:

- a) Fixação
- b) Empenho
- c) Liquidação
- d) Pagamento
- e) Lançamento

96. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as informações contábeis em naturezas de informação distintas. Sob essa perspectiva, a natureza de informação patrimonial:

- a) registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- b) registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.
- c) registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- d) controla os registros de inscrição e execução de restos a pagar.
- e) controla os registros relacionados à dívida ativa e aos custos.

97. O _____ é uma das principais demonstrações contábeis do setor público. É nele em que são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, e são especificadas a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Além disso, nele são evidenciadas as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, com a discriminação da dotação inicial, da dotação atualizada para o exercício, das despesas empenhadas, das despesas liquidadas, das despesas pagas e do saldo da dotação.

Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna acima:

- a) Demonstrativo das Variações Patrimonial
- b) Balanço Financeiro
- c) Balanço Orçamentário
- d) Balanço Patrimonial
- e) Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

98. Acerca do balanço financeiro, assinale a opção correta:

- a) o resultado financeiro do exercício coincide com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no balanço patrimonial.
- b) O balanço financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- c) As receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em correntes e de capital.
- d) Os Ingressos e se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispêndios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.
- e) O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado patrimonial do exercício.

99. Acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta:

- a) A Lei nº 4.320/1964 confere viés financeiro ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- b) As informações constantes do balanço patrimonial permitem calcular o resultado patrimonial do exercício.
- c) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se as classe 1, 2, 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- d) De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por um quadro principal e dois quadros anexos.
- e) No quadro principal do balanço patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

100. A elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é obrigatória para todos os entes da federação. Deve acompanhar o RREO:

- a) Anexo de Riscos Fiscais
- b) Anexo de Metas Fiscais
- c) Demonstrativo relativo a receitas e despesas previdenciárias
- d) Demonstrativos do resultado orçamentário e financeiro
- e) Relatório comparativo da despesa total com pessoal, distinguindo inativos e pensionistas.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
